

ATA N.º 23/2021

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 3 DE NOVEMBRO DE 2021:

No dia três de novembro de dois mil e vinte e um, pelas quinze horas e catorze minutos, no auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os/as Vereadores/as Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão, Fernanda Manuela Almeida Pésinho, Carlos Manuel Barateiro de Sousa, Ana Elísia Gonçalves Monteiro, Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha, Paulo Jorge Simões Ribeiro, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço e Maria João Camolas Contente Caleira.

SUBSTITUIÇÃO NA REUNIÃO DE CÂMARA:

Na sequência do pedido de substituição para a reunião de câmara do dia de hoje, apresentado pela Sra. Vereadora Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo, foi convocada, nos termos dos n.ºs. 1 e 2, do art. 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, a Sra. Ana Elísia Gonçalves Monteiro. (Anexos a esta ata como documento n.º 1)

A Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos seguintes pontos:

PONTO 1 – Representação Institucional - Atualização

PONTO 2 – 9.ª Alteração Permutativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2021-2025

PONTO 3 – Ratificação do despacho de isenção de pagamento de taxas municipais associadas às operações urbanísticas de licenciamento de operação urbanística de instalação desportiva – campo de futebol de 9 e 7 e muro de vedação, legalização de obras de edificação (sem obra) do edificado existente no Campo de Jogos Santos Jorge, sito em Av. da Liberdade, no Pinhal Novo e subsequente autorização de utilização – Entidade de relevante interesse público na área do município

Requerente: Clube Desportivo Pinhalnovense. Local: Avenida da Liberdade – Pinhal Novo. Processo E-196/00. Requerimento n.º 4640/2021.

PONTO 4 – Contrato de empréstimo bancário de médio e longo prazo para financiamento de aquisição e reabilitação de imóveis e de terreno – Aprovação de cláusulas contratuais - Adenda

PONTO 5 – Feira Anual de Palmela – Proposta de condições gerais para atribuição de espaços de venda

PONTO 6 – Protocolo de Colaboração entre o Ministério da Defesa Nacional e a Associação Nacional de Municípios Portugueses

PONTO 7 – Protocolo de Colaboração entre a INédita e o Município de Palmela

PONTO 8 – Gestão de Eficiência Energética na IP / ESE – Celebração de contrato adicional e aprovação de minuta

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

DESPACHOS EMITIDOS POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:

No âmbito do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos / Divisão de Atendimento e Administração Geral / Secção de Licenciamentos:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 2, dos processos despachados pelos/a Srs./a. Presidente; Vereador Luís Miguel Calha; Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos, Paulo Pacheco, e Chefe da Divisão de Atendimento e Administração Geral, Pilar Rodriguez, no período compreendido entre 22.09.2021 a 02.11.2021

DESPACHOS EMITIDOS POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:

No âmbito do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico e do Departamento de Administração Urbanística

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 3, dos processos despachados pela Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, no período compreendido entre 25.10.2021 a 31.10.2021.

DESPACHOS EMITIDOS POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:

No âmbito do Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 4, dos processos despachados pela Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, no período compreendido entre 26.10.2021 a 31.10.2021.

DESPACHOS EMITIDOS POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:

No âmbito da Divisão de Estudos, Projetos e Obras Públicas

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 5, dos processos despachados pela Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, no período compreendido entre 26.10.2021 a 31.10.2021.

CONTABILIDADE:

Pagamentos autorizados:

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 15.09.2021 a 02.11.2021, no valor de 7.210.045,96 € (sete milhões, duzentos e dez mil, quarenta e cinco euros e noventa e seis cêntimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 6.

TESOURARIA:

Balancete:

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 02.11.2021, apresenta um saldo de 17.816.336,59 € (dezassete milhões, oitocentos e dezasseis mil, trezentos e trinta e seis euros e cinquenta e nove cêntimos), dos quais:

- **Saldo de operações orçamentais** – 15.983.526,98 € (quinze milhões, novecentos e oitenta e três mil, quinhentos e vinte e seis euros e noventa e oito cêntimos);
- **Saldo de operações de tesouraria** – 1.832.809,61 € (um milhão, oitocentos e trinta e dois mil, oitocentos e nove euros e sessenta e um cêntimos).

O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, os seguintes documentos:

- . **Saudação** (Projeto REDwine – Adega de Palmela).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

- . **Saudação** (AWC VIENNA – International Wine Challenge 2021 – Adega de Palmela).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (XVIII Edição Nacional e X Edição Internacional dos Prémios Zarcillo 2021 – Adega Camolas).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Sélections Mondiales des Vin Canada 2021 – Adega de Palmela e Casa Ermelinda Freitas).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (CWSA – “China Wine & Spirits Awards 2021” – Adega de Palmela e Casa Ermelinda Freitas).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** apresenta as saudações que se transcrevem:

. **Saudação** (Projeto REDwine – Adega de Palmela).

“Fundada em 1955, a Adega de Palmela é um dos principais polos de desenvolvimento do Concelho na área vitivinícola.

Até 2025 a Adega de Palmela tornar-se-á a primeira marca de vinhos e pioneira a nível nacional a acolher o projeto Europeu REDwine, que tem como objetivo demonstrar a viabilidade técnica, económica e ambiental, reutilizando as emissões de CO2 produzidas na indústria vinícola ao transformar carbono da produção de vinho em biomassa de microalgas com diferentes aplicações.

Desta forma, a Adega cedeu o seu espaço para que os equipamentos se encontrem instalados para recolher e armazenar os efluentes gasosos e líquidos de um fermentador de vinho com 20 mil litros de capacidade. Neste momento, detém instalado uma versão "experimental" do que será a versão final.

A Adega de Pamela junta-se, assim, ao projeto candidatado a nível europeu pela AVIPE, que conta com seis pilares: desenvolvimento do modelo de negócio inovador; captura, armazenamento e fornecimento de gases de escape de fermentação; cultivo de clorela usando CO2 e efluentes líquidos da indústria do vinho; bio-refinaria de clorela e produtos de consumo; segurança, sustentabilidade e avaliação social; e captação de mercado e comercialização.

Reunida a 3 de novembro de 2021, a Câmara Municipal de Palmela **felicita** a Adega de Palmela pelo compromisso com a inovação e a sustentabilidade, integrando um projeto único de combate às alterações climáticas.”

Aprovada, por unanimidade, a saudação apresentada. Aprovado em minuta.

. Saudação (AWC VIENNA – International Wine Challenge 2021 – Adega de Palmela).

“Mais uma vez a excelência dos vinhos produzidos pela Adega de Palmela foram distinguidos no AWC VIENNA - International Wine Challenge 2021, em Viena de Áustria, com 4 medalhas.

O vinho «Adega de Palmela Grande Reserva Tinto», foi desta feita premiado com o mais alto galardão do concurso, com Medalha de Ouro e os vinhos «Adega de Palmela Reserva Premium Tinto»; «Adega de Palmela Reserva Premium Branco Moscatel Roxo» e «Vale dos Barris Syrah Premium Reserva», receberam Medalha de Prata, entre 12.525 vinhos a concurso, de 1.641 produtores, oriundos de 44 países.

Este concurso de vinhos é considerado o maior e o mais bem-sucedido do mundo, reconhecido oficialmente pela União Europeia.

Reunida a 3 de novembro de 2021, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** a Adega de Palmela, pela excelente prestação e pelo contributo para a projeção internacional dos vinhos da região de Palmela.”

Aprovada, por unanimidade, a saudação apresentada. Aprovado em minuta.

. Saudação (XVIII Edição Nacional e X Edição Internacional dos Prémios Zarcillo 2021 – Adega Camolas).

“De cor topázio dourado escuro e aspeto brilhante, o «Moscatel Roxo de Setúbal Reserva, DOC 2017», da Adega Camolas, obteve a Medalha de Ouro, na «XVIII Edição Nacional e X Edição Internacional dos Prémios Zarcillo 2021», Concurso de Vinhos organizado pela Junta de Castilla y León, Espanha.

Durante quatro dias reuniram-se os melhores provadores do mundo para avaliação de mais de 1.610 vinhos provenientes de 33 países. Entre os provadores, estiveram representados os diferentes níveis ligados ao setor vitivinícola como enólogos, sommeliers, jornalistas especializados, distribuidores e uma presença significativa do Master of Wine, o que garante o grande profissionalismo dos júris.

Os Prémios Zarcillo são patrocinados pela Organização Internacional da Vinha e do Vinho (OIV) e fazem parte da Federação Mundial das Grandes Competições Internacionais de Vinhos e Bebidas Espirituosas.

Reunida a 3 de novembro de 2021, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** a Adega Camolas, por mais este reconhecimento que prestigia, internacionalmente o Concelho e a Região vitivinícola de Palmela.”

Aprovada, por unanimidade, a saudação apresentada. Aprovado em minuta.

. **Saudação** (Sélections Mondiales des Vin Canada 2021 – Adega de Palmela e Casa Ermelinda Freitas).

“A América do Norte foi palco da 28ª Edição do concurso internacional «Sélections Mondiales des Vins Canada 2021».

O concurso registou mais de 1.910 vinhos oriundos de 32 países, de entre os quais, se destacam de Portugal, os vinhos premiados da Adega de Palmela e da Casa Ermelinda Freitas, a saber:

Medalhas Ouro:

- Moscatel de Setúbal 2018| Adega de Palmela
- Quinta da Mimosa 2018| Casa Ermelinda Freitas
- Terras do Pó Reserva Tinto 2019| Casa Ermelinda Freitas
- Dona Ermelinda Reserva Tinto 2019 | Casa Ermelinda Freitas
- Sand Creek 2020 | Casa Ermelinda Freitas

Para além dos vinhos indicados, destacaram-se também vinhos galardoados da Casa Ermelinda Freitas, no Top 10 dos Melhores Vinhos do Canadá:

- Moscatel de Setúbal Superior 2009
- Alicante Bouschet Reserva 2019

Reunida a 3 de novembro 2021, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** a Adega de Palmela e a Casa Ermelinda Freitas, pelo excelente trabalho que realizam, através do qual é reconhecida a notoriedade e qualidade dos seus vinhos a nível internacional.”

Aprovada, por unanimidade, a saudação apresentada. Aprovado em minuta.

. **Saudação** (CWSA – “China Wine & Spirits Awards 2021” – Adega de Palmela e Casa Ermelinda Freitas).

“Adegas do Concelho de Palmela conquistam medalhas na maior e mais prestigiada competição de vinhos e bebidas espirituosas da China, CWSA – “China Wine & Spirits Awards 2021”, que teve lugar recentemente em Hong Kong.

O evento, distingue-se dos concursos internacionais europeus, pelo facto do júri ser constituído por cerca de uma centena de especialistas da vinicultura mundial que conhecem o mercado chinês, nomeadamente ligados à restauração, importação e distribuição, tendo sido selecionados de forma metódica para degustar às cegas vinhos e bebidas espirituosas de 55 países.

Vinhos das Adegas do Concelho galardoados neste concurso:

Medalhas Duplo Ouro:

- Vale Touros Vinhas Velhas Reserva 2017 | Adega de Palmela
- Sand Stone Shyras 2020 | Casa Ermelinda Freitas

Medalhas de Ouro:

- Adega de Palmela Grande Reserva 2017 | Adega de Palmela
- Baía de Troia, Castelão 2020 | Casa Ermelinda Freitas
- Festivo Castelão 2020 | Casa Ermelinda Freitas
- Festivo Touriga Nacional 2019 | Casa Ermelinda Freitas
- Flor de La Mar Castelão 2020 | Casa Ermelinda Freitas
- Flor de La Mar Tinto 2020 | Casa Ermelinda Freitas
- Valoroso Cabernet Sauvignon, Touriga Nacional, Syrah 2020 | Casa Ermelinda Freitas
- Vinha da Fonte Reserva Tinto 2019 | Casa Ermelinda Freitas
- Vinha da Fonte Touriga Nacional 2020 | Casa Ermelinda Freitas
- Vinha da Valentina Reserva Tinto 2019 | Casa Ermelinda Freitas

Medalhas de Prata:

- Flor de La Mar Reserva Tinto 2018 | Casa Ermelinda Freitas
- Vinha da Fonte Tinto 2020 | Casa Ermelinda Freitas
- Vinha da Valentina Premium Tinto 2020 | Casa Ermelinda Freitas

Reunida a 3 de novembro de 2021, a Câmara Municipal de Palmela, **parabeniza** a Adega de Palmela e a Casa Ermelinda Freitas, pelas medalhas recebidas, as quais valorizam os vinhos e o território de Palmela internacionalmente.”

Aprovada, por unanimidade, a saudação apresentada. Aprovado em minuta.

Informações / Assuntos diversos:

. Festival Nacional de Gastronomia de Santarém 2021 – O Sr. Luís Miguel Calha informa que o município de Palmela vai estar presente no Festival Nacional de Gastronomia de Santarém, numa participação conjunta entre o Turismo da Câmara Municipal de Palmela e a ARVPS - Associação da Rota de Vinhos da Península de Setúbal, no dia 21 de novembro, onde irão decorrer provas de vinhos e de produtos regionais. O Programa das celebrações pretende dinamizar inúmeras iniciativas com o objetivo de reforçar a importância do Festival Nacional de Gastronomia de Santarém e o estatuto de Santarém como Capital Nacional da Gastronomia, bem como a promoção dos produtos regionais do território de Palmela.

. Fórum Turismo de Palmela – O Sr. Luís Miguel Calha informa que no próximo dia 11 de novembro, o Cineteatro S. João, em Palmela, acolhe, entre as 9h30 e as 17h00, mais uma edição

do Fórum Turismo Palmela. Iniciativa organizada pela Câmara Municipal de Palmela, com o apoio da Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa e da Associação da Rota de Vinhos da Península de Setúbal / Costa Azul. O tema do Fórum é subordinado ao tema “Palmela na Rota de Peregrinação do Caminho de Santiago” e assume-se como um momento anual de partilha, reflexão e debate sobre os principais temas da atualidade, para o desenvolvimento do turismo em Portugal, em particular, sobre as realidades locais e os impactos deste setor no crescimento económico-social e na valorização dos destinos. Informa ainda que neste Fórum serão debatidas temáticas tais como «O Ano Jacobeu e o Caminho de Santiago» e «As várias etapas do Caminho de Santiago – Exemplos e Evolução», que contam com intervenções de oradores nacionais e internacionais em representação de várias entidades públicas e privadas ligadas a este tema. Recorda que O Caminho de Santiago - Caminho Central Português – Rota da Península de Setúbal foi apresentado publicamente no pretérito dia 25 de julho, no Castelo de Palmela, uma apresentação que integrou o programa das Comemorações do Dia de Santiago, com organização conjunta das Câmaras Municipais de Palmela e Setúbal, que estão a desenvolver um trabalho de investigação, com vista à implementação desta variante. A criação e disponibilização de mais esta oferta religiosa e cultural irá enriquecer a história local destes territórios e colocá-los numa das grandes rotas de peregrinação do nosso país, perspetivando, num futuro muito próximo, poder atrair mais visitantes e peregrinos, dando assim continuidade à afirmação de Palmela e valorizando a ligação multiseccular à Ordem de Santiago

. Novo suporte de divulgação – Guia do Viajante – O Sr. Luís Miguel Calha informa que, no âmbito da afirmação da marca “Palmela Conquista”, ao longos dos anos, têm vindo a ser desenvolvidas um vasto conjunto de iniciativas para promover a estratégia de afirmação turística do município de Palmela. Destaca as ações de âmbito digital e de modernização dos materiais promocionais, nomeadamente, a publicação do Guia Turístico de Palmela em 4 idiomas e a produção de 4 vídeos temáticos que evidenciam os ativos turísticos do concelho, estando também em curso a construção de um novo site para o Turismo de Palmela. Na prossecução destes objetivos, o município de Palmela aposta, mais uma vez, na qualificação dos suportes comunicacionais do setor do turismo, lançando agora um novo material de informação turística, o Guia do Viajante. Trata-se de uma publicação de dinamização das visitas ao Castelo de Palmela, *ex-libris* patrimonial do Concelho, que todos os anos recebe um imenso número de visitantes de todas as idades, vindos sobretudo de Portugal, Espanha e França. Refere ainda que o Guia do Viajante consiste numa dinâmica de perguntas, adivinhas, jogos e desenhos que incita os visitantes à contemplação e observação da arquitetura e paisagens que os rodeiam, proporcionando, desta forma, uma experiência divertida, informada e duradoura, contrariando as visitas “de passagem” que deixam memórias muito ténues. A versão impressa estará disponível no Posto de Turismo de Palmela, nas Bibliotecas Municipais e na Casa Mãe da Rota de Vinhos, a

partir do próximo dia 11 de novembro, e *online*, em breve, irá ter as versões em idiomas estrangeiros (castelhano, francês e inglês).

. Adjudicada empreitada de construção de novos Postos de Transformação em Val' Flores – A **Sra. Fernanda Pésinho** cumprimenta os presentes e informa que a empreitada de construção de postos de transformação em Val' Flores foi adjudicada por 357 962€. A obra inclui a construção de dois novos postos de transformação, um dos quais duplo e outras infraestruturas elétricas na urbanização, com um prazo de execução de 110 dias. Trata-se de mais uma empreitada em substituição dos titulares do alvará de loteamento, essencial para garantir o fornecimento de energia às várias construções que vão sendo feitas no local.

. Condições climáticas – Ponto de situação atravessamentos Ribeira da Salgueirinha – A **Sra. Fernanda Pésinho** refere que as fortes chuvadas do passado fim-de-semana tiveram impacto na empreitada de regularização da Ribeira da Salgueirinha mas, felizmente, sem consequências graves. No atravessamento que está a ser construído na rua da Lagoa da Palha verificou-se o arrastamento de terras e outros inertes que obrigou à interdição de circulação num pequeno troço, para garantir a segurança, uma vez que uma das faixas de rodagem ficou com a sustentação parcialmente afetada. Houve ainda a quebra de um coletor da Simarsul que entretanto, já foi reparado. A equipa municipal esteve no local durante a ocorrência e adotou medidas para garantir a segurança de pessoas e bens e orientou a reposição das condições iniciais, que tem estado a ser feita. No atravessamento da EN-252 verificou-se um assoreamento na passagem hidráulica em construção, que está agora a ser removido. Verificou-se ainda arrastamento de vegetação no traçado e atravessamento antigos, que ainda não foram desativados, como acontece sempre que chove muito, mas sem consequências de maior. Os serviços municipais estiveram no local e procederam à desobstrução, limpeza e acompanhamento da situação. A construção de um novo atravessamento na EN-252 tem, precisamente, o objetivo de evitar a concentração de água e a ocorrência de inundações, que acontece sempre em situações de grande pluviosidade, as quais tendem a agravar-se devido às alterações climáticas. Esta obra é essencial para combater esses efeitos nefastos das alterações climáticas e vai garantir a segurança de pessoas e bens, sobretudo para quem ali mora, para as empresas ali instaladas e para os transeuntes que circulam naquela estrada nacional. Informa ainda que o município lamenta os incómodos causados e que tem estado a agir energeticamente, no sentido de acelerar os trabalhos para os obviar mas, infelizmente, muitos aspetos não dependem do município. De facto, há, pontualmente problemas com a empreitada, comuns a quase todas as obras públicas e privadas no país, desde a falta de matérias-primas, o inflacionar extraordinário de preços de materiais, combustíveis e outros fatores de produções, problemas logísticos no transporte e armazenamento de matérias e até falta de pessoas. Refere que aquele atravessamento deveria,

de facto, ter mais pessoas em obra, mas o empreiteiro alega, com evidências, que não consegue contratar mais pessoas por falta de mão-de-obra, em especial mão-de-obra especializada como ali se exige. Os empreiteiros acabam por ir distribuindo os recursos pelas várias frentes de trabalho e mesmo quando os concentra naquele local, os meios nunca são os desejáveis. Por outro lado, a IP - Infraestruturas de Portugal não aprovou a solução pré fabricada para o local, mantendo-se a construção *in situ*, que é mais demorada, um atravessamento que deveria ter sido feito pela IP - Infraestruturas de Portugal, no entanto, o município concordou fazer aquele atravessamento, cujo projeto de construção se baseou na solução do antigo INAAG e na solução da IP, que é a construção *in situ* por, em tese, ser mais fiável. Já em obra o empreiteiro propôs, em novembro de 2020, alterar a metodologia para pré-fabricado, para que o tempo de interrupção da estrada fosse menor, porém, apesar dos técnicos da IP- Infraestruturas de Portugal preferirem essa metodologia, em fevereiro ainda não tinham aprovado nada, tendo sido necessário voltar à solução inicial. Mesmo esta solução levou um tempo inusitado entre aprovação de cada um dos materiais, aprovação do plano de sinalização e emissão de licenças, cerca de 3 meses, entre abril e julho, o que impediu aproveitar o período do verão, como menos tráfego e, logo, menos incómodos para as pessoas. De resto, a forte dependência de outras entidades é um dos obstáculos desta obra que se confronta com os problemas nacionais de faltar de cadastros, pois, é em obra que se descobre cabos elétricos de media tensão, infraestruturas de comunicação e outras não cadastradas, que obriga a revisões das infraestruturas afetadas e a inúmero de diligências, para que as entidades proprietárias procedam aos desvios e operações de segurança. A designada AT2 é uma passagem hidráulica com forma retangular que é executada em betão armado aplicado no local. Nesta obra serão aplicados 205 m³ de betão em várias fases. A programação normal para uma obra deste tipo corresponde a cerca de 130 dias. O município tentou por diversas vezes minimizar a duração dos trabalhos, mas tem sido difícil, face à escassez de mão-de-obra especializada no mercado de trabalho, como já se informou, tendo agravado, durante a crise pandémica. A equipa de carpinteiros e armadores de ferro que trabalha diariamente na construção da AT totaliza 7 pessoas. As fases de execução destes trabalhos incluem, para além da movimentação de terras e desvio/ contenção de infraestruturas, a aplicação de rachão e betão de regularização em 4 dias; a execução de laje de fundo em 9 dias; a execução de 1ª fase de paredes laterais em 17 dias; a execução de 2ª fase de paredes laterais em 17 dias, que já estão, entretanto, concluídos. Por concluir estão a execução de laje de cobertura, normalmente, em 24 dias; a execução de muros ala, em regra 5 dias; a execução de lajes de transição, em 10 dias e os aterros e betuminosos, em 7 dias. Portanto, estes são tempos médios de trabalho que continuam a tentar encurtar, sendo que não se pode, em qualquer caso, deixar de respeitar os tempos de cura do betão. Refere que a obra de regularização da Ribeira tem 12 passagens hidráulicas, vários métodos construtivos com revestimentos em colchão reno, em gabiões, em terreno natural, acompanhamento arqueológico, decorre em várias frentes em simultâneo e tem de respeitar os ciclos naturais da fauna e da flora. Aliás, um indicador excelente de que esta obra vai cumprir o seu papel do ponto de vista

ambiental é o facto da vida selvagem estar progressivamente a aumentar. Portanto, trata-se de uma obra muito impactante, que causa muitos incómodos às pessoas e às empresas, mas de uma enorme mais-valia ambiental. Informa ainda que vai ser organizada uma visita à obra, para a qual convida as senhoras vereadoras e os senhores vereadores, porque, de facto, só no local é que se consegue ter a verdadeira dimensão desta obra pública.

. Visita à obra da Ribeira da Salgueirinha – O Sr. Presidente cumprimenta os presentes e informa que, em articulação com a Assembleia Municipal, o Sr. Presidente e restantes partidos e movimentos representados também irão ser convidados. Informa ainda que a data desta visita está apontada para a manhã do dia 13, sábado. Trata-se de uma visita aos pontos mais críticos, mas também a toda a obra, para que possam ter a noção da complexidade e da dimensão desta obra. Depois, refere que cabe ao município executar um plano de comunicação junto dos munícipes que esclareça que ali não está a ser feito apenas um buraco e a meter umas manilhas, aliás, trata-se de uma obra com muitas complexidades técnicas e, para além dos acidentes de percurso, também há matérias que têm de ser bem informadas e divulgadas, para evitar a especulação. Infelizmente, não é possível evitar os incómodos, porque são contingências do decurso da obra, mas tal como a Sra. Vereadora Fernanda Pésinho informou, um dos subempreiteiros tem tido uma atuação nem sempre mais correta e atempada, em algumas fases, mas estão a tentar procurar corrigir esse comportamento, portanto, considera importante que todos possam visitar esta obra para que seja possível ter a verdadeira noção da sua dimensão e dos desafios que são colocados no seu decurso.

. Campeonato Regional de Dressage Centro – A Sra. Maria João Camolas cumprimenta os presentes e informa que Alice Nogueira, residente na freguesia de Quinta do Anjo, venceu a prova Elementar, no escalão de juvenis, sagrando-se Campeã Regional de Dressage, no Campeonato Regional de Dressage Centro, que se realizou nos dias 30 e 31 de outubro, numa organização da Federação Equestre Portuguesa, em Arruda dos Vinhos.

. Centro Cultural do Poceirão – Comemorações de São Martinho – A Sra. Maria João Camolas refere que as comemorações do São Martinho no Centro Cultural do Poceirão são uma iniciativa fortemente enraizada junto da comunidade e dos parceiros locais e conta com o envolvimento das associações residentes neste equipamento cultural, que, em quase todas as edições, contribuem para a animação desta atividade. Este evento tem vindo, igualmente, a acolher outras propostas artísticas que tem permitido diversificar conteúdos e também atrair e sensibilizar novos públicos. Recorda que a situação de pandemia condicionou a dinamização da programação cultural, em particular, os projetos de cariz comunitário, razão pela qual no ano passado não foi possível concretizar as comemorações do São Martinho naquele equipamento.

Para a edição de 2021, apesar da impossibilidade de retomar o formato tradicional devido às medidas impostas pela Direção Geral de Saúde, assinala-se esta data com um concerto com o grupo Raiz Lusa, que apresenta um repertório de música tradicional portuguesa, contando, ainda, com a participação especial do Rancho Folclórico do Poceirão. No final, poderão ser degustadas as tradicionais castanhas assadas. Informa que a iniciativa começa às 21h, no dia 10 de novembro, numa organização da Câmara Municipal de Palmela, União das Freguesias de Poceirão e Marateca, Movimento Associativo e a artista plástica Ana Nogueira. Ainda no âmbito das comemorações do São Martinho, irá ser dinamizada, no dia 13 de novembro, entre as 15h e as 18h, uma Oficina de artes visuais, denominada “Jardins de Palmela, uma Oficina da Vinha e do Vinho”, dinamizada pela artista, pretendendo explorar a temática da vinha e do vinho como elementos identitários das freguesias de Poceirão e Marateca, através de ferramentas artísticas

São Martinho na Praça – Mercados Municipais e Mercados de Produtores de Palmela e Pinhal Novo – A Sra. Maria João Camolas refere que o “São Martinho na Praça” tem vindo a ser uma atividade de relevante dinamização dos mercados municipais. Com berço em Pinhal Novo, pelo 3.º ano consecutivo, realizar-se-á também no Mercado Municipal de Palmela, coincidente com a realização dos mercados de produtores das duas vilas, a atividade é organizada pelo Município de Palmela e conta com o apoio dos operadores dos mercados municipais. No próximo dia 6 de novembro, serão oferecidos aos/às consumidores/as e população em geral, castanhas assadas, água-pé e ainda uma mostra de produtos da época, artesanato e vinho. Considera que é uma atividade de importante interesse, uma vez que pressagia a abertura da época natalícia na qual a população e consumidores/as, adquirem os produtos da época e alguns presentes, contribuindo para a dinamização da economia local.

Assuntos apresentados pelos Srs. Vereadores Paulo Ribeiro, Raul Cristovão e Carlos de Sousa

. Ponto de situação atravessamentos Ribeira da Salgueirinha – O Sr. Vereador Paulo Ribeiro cumprimenta os presentes e apesar da Sra. Vereadora Fernanda Pésinho ter dado esclarecimentos sobre os constrangimentos nas obras dos atravessamentos da Ribeira da Salgueirinha enunciando prazos parcelares da obra e considerando que as condições climatéricas, nesta altura do ano, irão piorar, portanto, mesmo admitindo que tudo irá correr como está previsto, questiona qual é a previsão para terminar a obra dos atravessamentos da zona perto do mercado mensal.

. Obras de ampliação de instalações de uma empresa na zona da Lagoa da Palha – O Sr. Vereador Paulo Ribeiro refere que na última reunião de câmara foi abordada uma questão

sobre uma obra de ampliação de instalações de uma empresa na zona da Lagoa da Palha, precisamente, na Rua da Lagoa da Palha e, hoje, foi visitar o local e, apesar da informação transmitida pelo Sr. Presidente que a obra estaria embargada, percebeu que a obra continua, portanto, as entidades públicas têm de tomar duas medidas nestas circunstâncias, o embargo da obra e a fiscalização do cumprimento do embargo, por isso, questiona sobre o que está a ser feito para que seja cumprida a deliberação da autarquia, se tem ou não provas de que não estão a ser cumpridas as determinações da autarquia e simultaneamente perceber se já foi levantado a algum auto de respeito pela da deliberação da autarquia.

. Obras de ampliação de instalações de uma empresa na zona da Lagoa da Palha – O Sr. Vereador Raul Cristovão cumprimenta os presentes e refere que também tinha para a apresentar a questão que o Sr. Vereador Paulo Ribeiro acabou por colocar em relação à empresa que está a ampliar as suas instalações, até porque os moradores que residem nas imediações sentem-se prejudicados.

. Pintura de passadeiras – O Sr. Vereador Raul Cristovão em relação às passadeiras, uma preocupação antiga, sobretudo as que estão localizadas junto aos equipamentos escolares, refere que ainda estão muitas por pintar, por isso, alerta novamente para esta situação, por uma questão de segurança.

. Rua da Lagoa da Palha Velha – O Sr. Vereador Raul Cristovão refere que a Rua da Lagoa da Palha Velha apresenta vários problemas, para quem reside e para quem circula nessa rua, porque em volta as ruas estão quase todas alcatroadas com exceção desta. Refere que esta rua é utilizada não só pelos moradores, como por pessoas que vão para ali fazer motocross, que para além do ruído e das poeiras, também é uma rua utilizada por quem tem as suas crianças no ATL que ali existe. Refere ainda que para além destes problemas, há também o excesso de velocidade e por isso, considera que deveria ser equacionado o alcatroamento daquela rua.

. Informação da Sra. Vereadora Fernanda Pésinho sobre o ponto de situação atravessamentos Ribeira da Salgueirinha – O Sr. Vereador Carlos de Sousa cumprimenta os presentes e pede o acesso à informação, por escrito, da intervenção da Sra. Vereadora Fernanda Pésinho.

. Atendimento ao público do gabinete de vereação do M CCP – O Sr. Vereador Carlos de Sousa informa que irá passar a realizar atendimento ao público no gabinete de vereação, nas

instalações municipais, à terça-feira, entre as 18h30 e as 20h30 e à sexta-feira, entre as 09h30 e as 12h30, por isso solicita que seja divulgada esta informação no site do município.

. ETAR da Quinta da Asseca – O Sr. Vereador Carlos de Sousa refere que no seguimento de contactos com a população e visitas a diversos locais do concelho, questiona sobre a qualidade do afluente doméstico na Quinta da Asseca, porque não sabe se a Estação de Tratamento é da responsabilidade da Simarsul ou autarquia e do que teve a oportunidade de observar, no local, a qualidade dos afluentes que vão desaguar no início da Ribeira do Livramento não parece ser a melhor, naturalmente que não fez nenhuma análise química, mas através do cheiro e da cor, pode verificar que o tratamento não deve estar a ser o melhor e questiona se tem sido feita a devida manutenção desta ETAR e tem ou não capacidade suficiente para a população local que, entretanto, foi aumentando.

Às questões apresentadas pelos Srs. Vereadores Paulo Ribeiro, Raul Cristovão e Carlos de Sousa, intervêm:

- Ponto de situação atravessamentos Ribeira da Salgueirinha - A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** refere que os prazos apresentados são com base em médias previsionais, cerca de 30 dias, mas, para um melhor esclarecimento, pede que a Sra. Diretora de Departamento, a Dra. Teresa Palaio, possa usar da palavra. Refere ainda que o prazo pode aumentar consoante as condições climáticas.

- ETAR da Quinta da Asseca - A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** refere que trata-se de uma ETAR que já deveria estar no Plano de Investimentos da Simarsul, aliás, já esteve mas, de facto, trata-se de uma ilegalidade por parte da Administração Central quando permitiu a dupla concessão entre a empresa Águas do Sado e a Simarsul, portanto, tem sido um investimento adiado consecutivamente, com a justificação da necessidade da integração de Setúbal no sistema multimunicipal, portanto, a Câmara Municipal de Palmela tem feito aquilo que lhe compete, ou seja, tem tentado minimizar os prejuízos, aliás, recentemente teve uma reunião com o Presidente da Simarsul e na qual referiu que aquele investimento não pode continuar a aguardar a entrada de Setúbal, que é uma situação urgente, mas a solução que a Simarsul apresentou referindo que tencionam antecipar o seu investimento em 2023, não resolve o problema. Portanto, estes problemas advêm da falta de investimento e capacidade de investimento do sistema multimunicipal e, no âmbito do contrato de prestação de serviços, a Simarsul comprometeu-se a fazer a manutenção dessa ETAR.

- Ponto de situação atravessamentos Ribeira da Salgueirinha - A **Dra. Teresa Palaio** refere que tal como a Sra. Vereadora Fernanda Pésinho referiu, falar em prazos e sempre um pouco complicado, não só porque estão sujeitos a todo o tipo de imponderáveis que qualquer obra sofre como se verificou nesta obra que é extremamente complexa, portanto, as dificuldades são ainda mais agravadas. Relativamente a situação aos dois atravessamentos na Lagoa da Palha, o método construtivo assentou, sobretudo, em pré-fabricados, uma solução que tem facilitado bastante e, de facto, a situação correu um pouco melhor, no entanto, há uma pequena parte que terá de ser construída no local de outra forma por se tratar de uma curva. Refere ainda que esteve no local esta manhã e verificou que a empresa, finalmente mobilizou bastantes meios, inclusivamente já estava a repor a calçada junto das moradias, a repor o acesso a empresa Magjacol e, espera-se que, mais um mês, haja condições para colocar a circulação do trânsito, ainda que alternado, porque esse caminho tem de ser construído e que afeta parte da faixa de rodagem, pelo que por razões de segurança não podem circular nos dois sentidos em simultâneo. Refere que em teoria, a empresa contratualmente tem a obrigação de ter estas 2 frentes de trabalho, ou seja, esta passagem na Rua da Lagoa da Palha e a passagem na EN-252 a decorrer em simultâneo, é o que está no plano de trabalhos, precisamente, para evitar mais incómodos, no entanto, ainda hoje falaram, para além dos diretores da empresa, também com o encarregado que gere a equipa de cofragens e de armadores de ferro e corroborou que não consegue contratar mais mão-de-obra, pelo que só podem trabalhar num local e não em dois, em simultâneo. Apesar desta questão, a autarquia tentou que se priorizasse o atravessamento na EN-252, mas alerta que é uma obra que irá ser mais demorada, uma obra muito grande com uma passagem enorme, precisamente para evitar as inundações que há décadas ali acontecem sempre que há muita pluviosidade, mais ainda esta manhã, puderam verificar que estavam a tirar as cofragens que já tinham posto para fazer a laje em cima, porque houve um grande assoreamento e vão ter colocar uma máquina a limpar o fundo. De facto, a autarquia tem estado a pressionar bastante para tentar que, rapidamente consigam ter ambas as estradas transitáveis e refere que vai haver uma outra passagem hidráulica que também vai ter algum impacto, à saída da Rua Infante Dom Henrique, ou seja, na saída do Pinhal Novo para quem vai em direção à Palhota, mas essa frente de trabalho não se inicia enquanto as outras duas não estiverem transitáveis.

O **Sr. Presidente** refere que, naturalmente, quando se fala em 30 dias é para a normalidade, porque na Rua da Lagoa da Palha, no dia 13, o trânsito tem de estar, nem que seja de forma alternada, a funcionar, por causa da realização do mercado mensal no dia 14.

- Obras de ampliação de instalações de uma empresa na zona da Lagoa da Palha – O **Sr. Presidente** esclarece que o embargo foi exarado no dia 20, quando ainda não tinham sido distribuídos os pelouros e, apesar do período ser limitado, era uma questão inadiável e no dia 21, o respetivo fiscal foi, em cumprimento do despacho, ao local para a entrega do auto, mas, obviamente que não estava presente o responsável para rececionar o auto e isso implica uma

determinada tramitação processual, portanto, quem entendeu fazer isto à socapa, provavelmente e talvez intencionalmente, escolheu uma altura em que a gestão era limitada, no entanto, assegura que tudo foi feito muito rapidamente. Porém, o município irá seguir os trâmites legais que tem de seguir nesta matéria e tem acompanhado este assunto de perto, aliás, ainda ontem, dia 2, foi realizada uma fiscalização ao local para ver o estado de desenvolvimento da obra e confirmou-se que a mesma continua, portanto, de facto, houve um desrespeito pelo auto de embargo e, naturalmente que o despacho foi no sentido de dar andamento à questão da desobediência e contraordenações previstas pela legislação. Refere ainda que, de facto, aquela obra não pode existir naquele local, não só porque está relacionada com a tramitação de um outro processo ao abrigo do RERAE e que está em curso, muito próximo do seu término e que implica obras de urbanização, nomeadamente o asfaltamento da Rua do Olho Ferrenho e também porque não está previsto para aquela zona haver qualquer alargamento da área de atividade económicas na Revisão do Plano Diretor Municipal, mas há uma proposta de desclassificação dos solos, um pouco atrás, porque há uma pré existência de uma outra atividade económica. Depois, havia uma oficina desativada que foi adquirida por este proprietário e que foi licenciada no passado para fazer o contínuo e poder regularizar dentro da área de atividades económicas, há também um colégio que, considera que quando foi licenciado, deveria ter sido obrigado a fazer a pavimentação até às suas instalações e o resto é uma via, como muitas outras que existem no concelho e que é preciso analisar o nível de prioridade do seu asfaltamento, uma vez que, para aquele local não está prevista densificação de construção. Aproveita para fazer uma declaração de intenções e explicar claramente, que aquela zona tem quintas de 5.000 metros e outras de dimensão maior e, o emparcelamento que foi permitido à data que felizmente, atualmente tem muitas limitações, chegou muito tarde, em 2016, com a unidade mínima de cultura para quintas agrícolas que, eventualmente permite ou não, uma determinada área de construção para habitação e para quem faz essa cultura, mas o local tem vindo a ser pressionado para outros usos e há questões que são possíveis ultrapassar com a CCDR, a RAN e com a REN, mas, neste momento, o município tem a obrigação de corrigir aquilo que tem de ser corrigido, portanto, não haverá ali condições para densificação e admite que seja possível em colaboração com as entidades que ali podem investir, onde é possível fazê-lo e poder vir a pavimentar até ao colégio, mas, de resto, não se justifica a pavimentação tendo em consideração e comparando com outras necessidades que existem no concelho.

- Pintura de passeadeiras – O **Sr. Presidente** refere que a Sra. Vereadora Maria João Camolas que, recentemente tem esse pelouro, irá certamente, procurar perceber quais são as passeadeiras que faltam pintar, porque, de facto, foram as passeadeiras frente às escolas, as primeiras a ser feitas nesta última empreitada.

- Atendimento ao público do gabinete de vereação do M CCP – O **Sr. Presidente** pede para que essa informação seja enviada por escrito ao Gabinete de Apoio à Presidência, até porque estão a atualizar todos os dados no site e também para o próximo boletim municipal que está a ser preparado, que vai dar destaque à tomada de posse e aos pelouros atribuídos.

- Reclamação sobre o ruído da empresa mencionada pelo Sr. Vereador Paulo Ribeiro - O **Sr. Vereador Pedro Taleço** cumprimenta os presentes e refere que foi rececionada uma reclamação no dia 25 de outubro relacionada com o ruído da empresa em questão e esclarece que na sequência dessa reclamação, a autarquia iniciou os procedimentos, de imediato, para a medição desse ruído e, ainda que não fazendo parte do auto da GNR, há algumas questões que são, possivelmente, decorrentes das obras e da atividade da empresa, no entanto, é competência do município fazer essa medição junto da habitação da reclamante e, após fazer essas medições, tomar-se-á as medidas em consonância com os resultados.

O **Sr. Presidente** refere que tem nota que há reclamações sobre o ruído, mas desconhece se foi durante a montagem ou se é decorrente da atividade regular da empresa, mas, obviamente, cabe ao município fazer a medição e atuar em conformidade.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 1 – Representação Institucional - Atualização.

PROPOSTA N.º GAP 01_23-21:

«Por adesão voluntária, devidamente caucionada pelos órgãos autárquicos competentes do município, ou decorrendo da estrutura política e administrativa do país, o Município de Palmela integra diversas entidades de direito público e privado, bem como, de organismos de gestão e/ou consultivos da administração central.

A fim de garantir uma participação e intervenção adequadas nas referidas entidades, foram designados, nos termos da lei, por proposta deliberada em reunião de câmara de 8 de novembro de 2017 os representantes da câmara municipal.

O início de um novo mandato autárquico, a 19 de outubro de 2021, com Eleitos a assumirem a responsabilidade de diferentes áreas de intervenção, torna necessário designar novos representantes, nos órgãos das empresas locais ou nas entidades em que o município participa. Por outro lado, verificou-se a adesão formal a novas entidades em que a câmara municipal necessita de estar representada.

Face ao exposto, **propõe-se:**

1. Nos termos do disposto na alínea oo) do nº 1, do artigo 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, manter ou designar os seguintes representantes da câmara municipal nos órgãos das empresas locais ou em entidades nas quais o município participe:
 - a) O Sr. Presidente da Câmara, Álvaro Manuel Balseiro Amaro e a Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho para representar a câmara municipal na Assembleia Intermunicipal da Associação dos Municípios da Região de Setúbal e o Sr. Vice-Presidente Luís Miguel Reinho de Oliveira Calha para substituir os titulares da representação nas suas faltas ou impedimentos;
 - b) O Sr. Vice-presidente, Luís Miguel Reinho de Oliveira Calha para representar a câmara municipal na Assembleia Geral da Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa e a Dra. Paula Magalhães para substituir o titular da representação nas suas faltas em impedimentos;
 - c) O Sr. Presidente da Câmara, Álvaro Manuel Balseiro Amaro e a Sra. Vereadora Maria João Camolas Contente Caleira, para representar a câmara municipal na Assembleia Intermunicipal da Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis;
 - d) O Sr. Presidente da Câmara, Álvaro Manuel Balseiro Amaro e a Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, para representar a câmara municipal na Assembleia Intermunicipal da Associação Intermunicipal de Água da Região de Setúbal – AIA;
 - e) O Sr. Presidente da Câmara, Álvaro Manuel Balseiro Amaro para representar a câmara municipal na Assembleia Intermunicipal da Associação Intermunicipal da CD-ARICD Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento;
 - f) O Sr. Vice-presidente, Luís Miguel Reinho de Oliveira Calha para representar a câmara municipal no Conselho de Gerência da ADREPAL – Centro de Promoção e Desenvolvimento Rural, Lda.;
 - g) A Dra. Ana Paula Magalhães, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Económico e Turismo, para representar a câmara municipal na Assembleia Geral da ADREPAL – Centro de Promoção e Desenvolvimento Rural, Lda.;
 - h) A Sra. Vereadora Maria João Camolas Contente Caleira, para representar a câmara municipal na Assembleia Geral da Associação Internacional das Cidades Educadoras, e a Dra. Fernanda Maria Pereira Rôlo, Diretora do Departamento de Educação e Coesão Social, para o substituir nas suas faltas ou impedimentos.

- i) A Sra. Vereadora Maria João Camolas Contente Caleira para representar a câmara municipal na Assembleia Geral e na Direção da Associação Artemrede – Teatros Associados, e o Dr. José Manuel Calado Mendes, Diretor do Departamento de Cultura, Desporto e Juventude, para o substituir nas suas faltas ou impedimentos;
- j) O Sr. Vice-Presidente, Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha para representar a câmara municipal na Assembleia Geral da Associação da Rota de Vinhos da Península de Setúbal, e a Dra. Andreia Santos, Técnica Superior da Divisão de Desenvolvimento Económico e Turismo para o substituir nas suas faltas ou impedimentos;
- k) A Dra. Ana Paula Martins Magalhães, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Económico e Turismo para representar a Câmara Municipal na Direção da Associação da Rota de Vinhos da Península de Setúbal;
- l) O Sr. Presidente da Câmara, Álvaro Manuel Balseiro Amaro para representar a câmara na Direção da Associação dos Municípios Portugueses do Vinho;
- m) O Sr. Vice-presidente, Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha para representar a câmara municipal na Assembleia Intermunicipal da Associação dos Municípios Portugueses do Vinho;
- n) O Sr. Vice-presidente, Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha para representar a câmara municipal Assembleia Geral da Associação Portuguesa para a Diversidade da Videira e a Dra. Ana Paula Martins Magalhães, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Económico e Turismo para o substituir nas suas faltas ou impedimentos;
- o) A Sra. Vereadora Maria João Camolas Contente Caleira, para representar a câmara municipal na Assembleia Geral da Associação Portuguesa de Museologia, e a Dra. Teresa Susana Almeida de Melo Sampaio, Chefe da Divisão de Bibliotecas e Património Cultural, para o substituir nas suas faltas ou impedimentos;
- p) A Sra. Vereadora Maria João Camolas Contente Caleira, para representar a câmara municipal na Assembleia Geral da Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos, e a Dra. Teresa Susana Almeida de Melo Sampaio, Chefe da Divisão de Bibliotecas e Património Cultural, para o substituir nas suas faltas ou impedimentos
- q) A Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, para representar a câmara municipal na Associação dos Municípios Portugueses com Centro Histórico, e o dirigente do Gabinete do Centro Histórico, Arqº Jorge Moura, para a substituir nas suas faltas ou impedimentos
- r) A Sra. Vereadora Maria João Camolas Contente Caleira, para representar a câmara municipal na Associação Ibérica de História Militar, e a Dra. Teresa Susana Almeida de Melo Sampaio, Chefe da Divisão de Bibliotecas e Património Cultural, para a substituir nas suas faltas ou impedimentos
- s) O Sr. Vice-presidente, Luís Miguel Reizinho de Oliveira Calha, para representar a câmara municipal na Assembleia Geral da Confraria Gastronómica de Palmela;

- t) O Sr. Vice-presidente, Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha, para representar a câmara municipal na Assembleia Geral da Confraria do Moscatel de Setúbal;
 - u) O Sr. Presidente da Câmara, Álvaro Manuel Balseiro Amaro para representar a câmara municipal na Direção da RECEVIN – Rede Europeia de Cidades do Vinho;
 - v) O Sr. Vice-presidente, Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha, para representar a câmara municipal na Assembleia Geral da RECEVIN – Rede Europeia de Cidades do Vinho;
 - x) O Sr. Vice-presidente, Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha, para representar a câmara municipal na Federação Portuguesa do Caminho de Santiago e a Dra. Ana Paula Magalhães para o substituir nas suas faltas e impedimentos.
 - y)) O Sr. Vice-presidente, Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha, para representar a câmara municipal na Assembleia Geral da Associação para o Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal;
 - z) O Dr. Joaquim Carapeto, Dirigente do Gabinete de Apoio à Inovação, Empresas e Financiamento Externo, para representar a câmara municipal na Direção da Associação para o Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal;
 - aa) A Sra. Vereadora Maria João Camolas Contente Caleira, para representar a câmara municipal na Assembleia Geral da Palmela Desporto, Empresa Local de Promoção do Desporto, Saúde e Qualidade de Vida, E.M., Unipessoal, Lda.;
 - bb) A Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho para representar a câmara municipal na Assembleia Geral da SIMARSUL – Sistema Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal, S.A e o Eng.º João Carlos Alves Faim, Diretor do Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos, para a substituir nas suas faltas ou impedimentos;
 - cc) A Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho para representar a câmara municipal na Assembleia Geral da AMARSUL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., e o Eng.º João Carlos Alves Faim, Diretor do Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos, para a substituir nas suas faltas ou impedimentos;
 - dd) A Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho para representar a câmara municipal na Assembleia Geral da ENA – Agência de Ambiente e Energia da Arrábida;
 - ee) A Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho para representar a câmara municipal na Assembleia Geral da Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas, e o Eng.º João Carlos Alves Faim, Diretor do Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos, para a substituir nas suas faltas ou impedimentos;
2. Nos termos do disposto no art.º 8º do DL 135/2012, de 29 de junho, designar a Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho para representar a câmara municipal no Conselho Estratégico do Parque Natural da Arrábida e no Conselho Estratégico da Reserva Natural do Estuário do Sado.

3. Nos termos do art.º 33, da Lei 13/2003, de 21 de maio e do disposto no n.º 1, do art.º 22.º da Portaria n.º 257/2012 de 27 de agosto, designar a técnica superior da Divisão de Intervenção Social e Saúde, a Dra. Teresa Maria Castela Sousa, para representar a câmara municipal no Núcleo Local de Inserção de Palmela, sendo substituída nas suas faltas ou impedimentos pela Dra. Adalgisa Alexandra Cardoso Monteiro, técnica superior da mesma Divisão.
4. Nos termos do disposto na a) do nº1 do artº 17º da Lei nº142/2015 de 8 de setembro que veio alterar a Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, designar o Dr. Vítor Luis Oliveira Ferreira da Silva, técnico superior da Divisão de Intervenção Social e Saúde, para representar a câmara municipal na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Palmela.
5. Nos termos do disposto no nº 2 do artº 12º e no nº 3 do artº. 14, do D.L. 75/2008, de 22 de abril, com as alterações introduzidas pelo D.L. 137/2012, de 2 de julho, designar os representantes nos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas e das Escolas Secundárias com 3º ciclo, a seguir indicados:
 - a) Agrupamento de Escolas José Saramago
Efetivos: Dra. Helena Isabel de Oliveira Carvalho Carrilho Guedes, Dra. Carla Maria Aurélio Pereira Gomes e Dr. José Manuel Beira Ratinho, técnicas/os superiores da Divisão de Educação.
Suplentes: Dra. Isabel Margarida Rocio Crespo Nobre Soares, Chefe da Divisão de Educação e Dra. Maria Fernanda Tregeira Martins, técnica superior da Divisão de Educação.
 - b) Agrupamento de Escolas José Maria dos Santos
Efetivos: Dra. Idalina Manuela Tavares Polido e Dra. Ana Cristina Aleixo Carreira Agostinho, técnicas superiores da Divisão de Educação.
Suplentes: Dra. Isabel Margarida Rocio Crespo Nobre Soares, Chefe da Divisão de Educação e Dra. Carla Maria Aurélio Pereira Gomes, técnica superior da Divisão de Educação.
 - c) Agrupamento de Escolas de Palmela
Efetivos: Dra. Fernanda Maria Pereira Rôlo, Diretora do Departamento de Educação e Coesão Social e Dra. Tânia Sofia Marques Correia, técnica superior da Divisão de Educação
Suplentes: Dra. Isabel Margarida Rocio Crespo Nobre Soares, Chefe da Divisão de Educação e Dra. Maria Fernanda Tregeira Martins, técnica superior da Divisão de Educação.
 - d) Escola Secundária de Palmela
Efetivos: Sra. Vereadora Maria João Camolas Contente Caleira e Dra. Fernanda Maria Pereira Rôlo, Diretora do Departamento de Educação e Coesão Social.

Suplentes: Dra. Isabel Margarida Rocio Crespo Nobre Soares, Chefe da Divisão de Educação e Dra. Maria Fernanda Tregreira Martins, técnica superior da Divisão de Educação.

e) Escola Secundária de Pinhal Novo

Efetivo: Sra. Vereadora Maria João Camolas Contente Caleira

Suplentes: Dra. Isabel Margarida Rocio Crespo Nobre Soares, Chefe da Divisão de Educação e Dra. Ana Cristina Aleixo Carreira Agostinho, técnica superior da Divisão de Educação.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E RECURSOS HUMANOS

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 2 – 9.ª Alteração Permutativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2021-2025.

PROPOSTA N.º DAFRH 01_23-21:

«A 9.ª Alteração Permutativa ao Orçamento 2021 e Grandes Opções do Plano 2021-2025 tem os seguintes objetivos:

- efetuar ajustamentos nos documentos previsionais decorrentes da reprogramação física e/ou financeira de ações financiadas por empréstimo MLP;
- reprogramar e/ou reforçar as dotações de diversas ações, insuficientemente dotadas.

Receita:

No capítulo da receita o movimento efetuado incide sobre a rubrica de «Passivos Financeiros», numa anulação global de 274.999,00 € (duzentos e setenta e quatro mil, novecentos e noventa e nove euros), em resultado da reprogramação da despesa, das ações “Repavimentação de arruamentos Pinhal Novo - Sul” e “Pavimentação da rua de São Francisco – Vale de Touros”.

Despesa:

No capítulo da despesa os principais movimentos resultam de alterações às Grandes Opções do Plano, produzindo um decréscimo da dotação global de 252.836,00 € nas GOP. Assim, após esta alteração permutativa a dotação das GOP passa de 44.699.754,00€ para 44.446.918,00€.

Os principais movimentos efetuados nas GOP são os seguintes:

- Reforço da dotação da ação «Aquisição de Equipamento Informático», de modo a permitir o lançamento de procedimento concursal;
- Reforço da dotação da ação «Captação e Estações de Tratamento, Reservatórios», insuficiente tendo em conta estimativa do consumo e aumento da tarifa de energia;

- Reforço da dotação da ação «Conservação e Manutenção de Espaços Verdes e Zonas Públicas», de modo a permitir o lançamento de procedimentos concursais;
- Reforço da dotação da ação «Execução Financeira de Obras Concluídas em Anos Anteriores (Rede Viária)», de modo a permitir o pagamento de revisões de preços;

Para além dos reforços enunciados efetuaram-se anulações nas GOP no valor global de 571.725 € (quinhentos e setenta um mil, setecentos e vinte e cinco euros), decorrentes, no essencial, de reprogramação de atividades.

O total do Orçamento após a 9.ª Alteração Permutativa é de 68.342.817,57 € (sessenta e oito milhões, trezentos e quarenta e dois mil, oitocentos e dezassete euros e cinquenta e sete centimos) que representa um decréscimo de 0,40% relativamente ao Orçamento atual.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do art.º 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos do Decreto-lei n.º 54-A/1999, de 22 de fevereiro, **propõe-se** a aprovação da 9.ª Alteração Permutativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2021-2025.»

Relativamente à proposta da 9.ª Alteração Permutativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2021-2025, numerada DAFRH 01_23-21, intervém:

Para melhor elucidação da proposta, o **Sr. Presidente** adianta as seguintes explicações:

Refere que a 9.ª Alteração Permutativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2021-2025, no capítulo da receita e em resultado da reprogramação da despesa, das ações “Repavimentação de arruamentos Pinhal Novo - Sul” e “Pavimentação da Rua de São Francisco – Vale de Touros”, o empreiteiro não cumpriu com os prazos da entrada em obra, pelo que obra se a obra fosse lançada agora, não irá ser paga este ano, portanto, é preciso colocar em 2021 e em 2022, o mesmo aconteceu relativamente à pavimentação da Rua de São Francisco em Vale de Touros, na qual se entendeu fazer também a remodelação da rede de águas e instalar pluviais, que obrigou à elaboração de projeto e, também só agora, está em condições de ser lançado o procedimento, portanto, isto implica retirar dinheiro de 2021 para colocar em 2022. Na despesa, os principais movimentos efetuados nas GOP são o reforço da dotação da ação «Aquisição de Equipamento Informático», de modo a permitir o lançamento de procedimento concursal que irá ter repercussão nos anos seguintes; o reforço da dotação da ação «Captação e Estações de Tratamento, Reservatórios», insuficiente tendo em conta estimativa do consumo e aumento da tarifa de energia porque os preços não param de subir; o reforço da dotação da ação «Conservação e Manutenção de Espaços Verdes e Zonas Públicas», de modo a permitir o lançamento de procedimentos concursais, no âmbito da negociação que é feita com as Juntas de Freguesia para a transferência destas competências, apesar de se estimar que não vá acontecer antes do dia 2 de janeiro, pelo que a autarquia tem de avançar com alguns procedimentos agora e o reforço da dotação da ação «Execução Financeira de Obras Concluídas em Anos Anteriores (Rede Viária)», de modo a permitir o pagamento de revisões de preços até porque é obrigatório

por lei, fazer esta afinação dos preços e pagar o remanescente. Para além dos reforços anunciados, efetuaram-se anulações nas GOP no valor global de 571.725€, decorrentes de reprogramação de atividades. Depois, há outros reforços menos significativos, nomeadamente nas reparações de máquinas e viaturas, aquisição de equipamento informático, vários reforços nas questões de animação do Centro histórico relacionados com a opção de retomar alguma atividade cultural para a época do Natal e, por fim pequenas afinações nas rubricas pequenas. Dá nota de um reforço para a AMPC porque as empresas especializadas fazem-se pagar bem e tem sido cada vez mais frequente o combate à destruição dos ninhos de vespa asiática e um reforço significativo nos encargos de cobrança de receitas, tendo em conta a execução dos impostos diretos, em particular, o IMT, porque as Finanças retiram uma verba à cobrança dos impostos municipais e prevê-se um pagamento mais acrescido e, por fim, um reforço para a Divisão de Educação e Coesão Social, apesar de algumas questões, sobretudo na área da saúde, não ser da competência direta do município, face á pandemia e na questão da vacinação, viu-se obrigado a agir, recordando um protocolo assinado com as farmácias, no ano passado, no âmbito da vacinação contra a gripe, é necessário fazer uma aquisição de serviços com as farmácias, prevendo-se atingir as 1500 inoculações para idosos, sobretudo nas freguesias mais distantes do Centro de vacinação, para contribuir para o plano de vacinação contra a gripe.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção dos Srs. Vereadores Carlos de Sousa e Paulo Ribeiro. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA

DIVISÃO DE ATIVIDADES ECONÓMICAS, EDIFICAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 3 – Ratificação do despacho de isenção de pagamento de taxas municipais associadas às operações urbanísticas de licenciamento de operação urbanística de instalação desportiva – campo de futebol de 9 e 7 e muro de vedação, legalização de obras de edificação (sem obra) do edificado existente no Campo de Jogos Santos Jorge, sito em Av. da Liberdade, no Pinhal Novo e subsequente autorização de utilização – Entidade de relevante interesse público na área do município.

Requerente: Clube Desportivo Pinhalnovense. Local: Av. da Liberdade – Pinhal Novo. Processo E-196/00. Requerimento n.º 4640/2021.

PROPOSTA N.º DAU_DAEERU 01_23-21:

«O Clube Desportivo Pinhalnovense, na qualidade de titular do processo n.º E-196/00, referente aos pedidos de licenciamento de operação urbanística de instalação desportiva - campo de futebol de 9 e 7 e muro de vedação, legalização de obras de edificação (sem obra) do edificado existente no Campo de Jogos Santos Jorge, sito em Av. da Liberdade – Pinhal Novo e subsequente

autorização de utilização, solicitou a isenção do pagamento das respetivas taxas urbanísticas através do requerimento n.º 4640/2021.

De acordo com o disposto no Regulamento e Tabela de Taxas Municipais, nomeadamente na alínea b), do n.º 2, do art. 9.º, na redação em vigor que resulta da alteração publicada em Diário da República de 17 de fevereiro de 2016, com as alterações introduzidas pelos Avisos nºs 24313/2011 e 24314/2011, de 20 de dezembro, 3702/2012, de 8 de março, Regulamentos nºs 365/2013, de 25 de setembro, 185/2014, de 25 de setembro, Declaração de Retificação n.º 689/2014, de 4 de julho, Aviso n.º 14589/2014, de 31 de dezembro, Aviso n.º 2962/2015, de 19 de março, Regulamento n.º 338/2015, de 15 de julho, Avisos nºs 1931/2016, de 17 de fevereiro, 15364/2016, de 7 de dezembro, 12252/2017, de 12 de outubro, 15430/2017, de 21 de dezembro, Declaração de Retificação n.º 15/2019, de 4 de janeiro e Aviso n.º 399/2019, de 7 de janeiro, todos publicados no Diário da República, 2.ª série, estão isentas do pagamento de taxas as operações urbanísticas de edificação e de autorização de utilização ou sua alteração destinadas ao exercício da atividade, as associações culturais, desportivas, recreativas, instituições particulares de solidariedade social ou outras legalmente constituídas, que na área do município, prossigam fins de relevante interesse público, obviando a desvalorização e generalização insustentável de uma medida que comporta diminuição de receitas para o Município, essenciais ao financiamento do esforço de realização e manutenção de infraestruturas públicas.

Neste contexto e visando esta disposição, a prestação do necessário incentivo às entidades sem fins lucrativos, com estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social, cujos fins visam a integração comunitária e social, que desempenham no nosso território um papel fundamental nas respostas à população, com impacto único no território e nos cidadãos, cumpre efetuar um escrutínio exigente e rigoroso das atividades e fins das instituições, por forma a distinguir esse papel de excelência e reconhecer o relevante interesse público.

O Clube Desportivo Pinhalnovoense é um dos clubes desportivos com grande preponderância histórica no concelho e distrito, sendo um polo aglutinador na formação desportivos de jovens da freguesia de Pinhal Novo, desempenhando um papel fundamental no seio da comunidade onde está inserido, sendo destacado e reconhecido o papel de proximidade e de sentimento de pertença dessa comunidade para o clube.

O clube tem em prática cerca de 400 atletas, na sua grande maioria jovens menores de idade, nas modalidades de futebol, ginástica e basquetebol. No caso específico do futebol tem em prática cerca de 280 atletas, num total de 12 equipas, entre os escalões de petizes e juvenis, isto para além de uma equipa de juniores e uma sénior, integradas numa SA, que utilizam um único campo de futebol de 11, propriedade do clube.

Na sequência dos investimentos que têm vindo a ser feitos pelas direções do Clube Desportivo Pinhalnovoense, procurando melhorar as condições de prática desportiva das suas equipas, bem como, dar resposta ao aumento do número de praticantes, surge agora a oportunidade de

concretizar a intenção do clube de realização de obras de remodelação do campo de futebol de 9 e de 7 no terreno localizado a norte do Campo Santos Jorge.

As intervenções revestem-se de uma importância fundamental, por forma a melhorar as condições oferecidas em particular aos atletas e associados do clube, mas também de uma forma mais geral à população da vila e da freguesia de Pinhal Novo, bem como, do concelho de Palmela, vindo ao encontro do executivo de requalificação dos equipamentos/instalações desportivas do Concelho.

Deste modo, encontram-se reunidos os pressupostos para propor a ratificação do despacho do Presidente da Câmara de 27 de outubro de 2021, de isenção de taxas prevista no Regulamento e Tabela de Taxas Municipais requerida pelo Clube Desportivo Pinhalnovense.

Perante o exposto e nos termos dos n.ºs 2 e 9 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, e visando a atribuição de isenção prevista na alínea b) do nº 2 do artigo 9º do Regulamento e Tabela de Taxas Municipais, **propõe-se**, ao abrigo do n.º 2 do artigo 11.º do mesmo Regulamento, o reconhecimento pela Câmara Municipal de Palmela do direito à isenção de taxas prevista no Regulamento e Tabela de Taxas Municipais associadas às operação urbanística supra citadas, ponderado o relevante interesse público que o Clube Desportivo Pinhalnovense prossegue na área do Município.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E RECURSOS HUMANOS

DIVISÃO DE FINANÇAS E APROVISIONAMENTO

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 4 – Contrato de empréstimo bancário de médio e longo prazo para financiamento de aquisição e reabilitação de imóveis e de terreno – Aprovação de cláusulas contratuais - Adenda.

PROPOSTA N.º DAFRH_DFA 01_23-21:

«Considerando que:

- o contrato de empréstimo para financiamento de aquisição e reabilitação de imóveis e de terreno, adjudicado e celebrado com a instituição bancária Caixa Geral de Depósitos, encontra-se em análise no Tribunal de Contas para efeito de fiscalização prévia, tendo sido suscitadas algumas questões/esclarecimentos por parte daquele órgão que implicam a necessidade de retificar algumas cláusulas contratuais;

- a aprovação das cláusulas contratuais é da competência do órgão executivo conforme o disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 19.º da resolução n.º 14/2011, de 16 de agosto, do Tribunal de Contas.

Propõe-se, ao abrigo da legislação referida, a aprovação das cláusulas contratuais – adenda, do empréstimo bancário de médio e longo prazo para financiamento de aquisição e reabilitação de imóveis e de terreno, documento que se anexa.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E TURISMO

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 5 – Feira Anual de Palmela – Proposta de condições gerais para atribuição de espaços de venda.

PROPOSTA N.º DDET 01_23-21:

«A Feira Anual de Palmela realiza-se há várias décadas na vila de Palmela, no dia 8 de dezembro e representa um momento de elevado significado identitário para os residentes deste núcleo urbano e centro histórico da vila.

Tendo como objetivo desenvolver a sua qualificação já iniciada no ano de 2019, garantindo as necessárias medidas de segurança e salvaguardando o cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro e no Regulamento do Comércio a Retalho Não Sedentário do Município de Palmela, torna-se necessário desenvolver os procedimentos quanto à sua organização e implantação de operadores económicos.

Assim, nos termos do artigo 8.º do referido Regulamento, **propõe-se** que a Câmara Municipal aprove as condições gerais para atribuição de espaços de venda, constantes no anexo que faz parte integrante da presente proposta.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E COESÃO SOCIAL

DIVISÃO DE INTERVENÇÃO SOCIAL E SAÚDE

Pela **Sra. Vereadora Maria João Camolas** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 6 – Protocolo de Colaboração entre o Ministério da Defesa Nacional e a Associação Nacional de Municípios Portugueses.

PROPOSTA N.º DECS_DISS 01_23-21:

«O Estatuto do Antigo Combatente entrou em vigor no dia 1 de setembro de 2020 e consagra na Lei nº 46/2020 o justo reconhecimento do Estado Português relativamente aos serviços prestados pelos militares e a dívida de gratidão que o país tem para com eles, mantendo, ao mesmo tempo, a janela aberta para as gerações presentes e futuras que passem mais tarde a essa condição.

Este diploma nasceu da iniciativa do XXII Governo, colheu contributos de associações, dos vários partidos com assento parlamentar e acabou por reunir um amplo consenso na Assembleia da República, em torno da dignificação e valorização dos antigos combatentes, relevando também a dimensão solidária para com os veteranos.

O referido Estatuto estabelece, assim, um conjunto de direitos e deveres dirigidos aos que serviram Portugal e uma série de apoios extensíveis às respetivas famílias, a quem o país também presta o devido tributo, identificando todos os passos necessários para a atribuição desses mesmos benefícios.

Entre os novos direitos do Estatuto do Antigo Combatente, encontra-se consagrado o direito às “Honras fúnebres”, nos termos do artigo 19º, do Anexo I. No que concerne a este direito, o diploma prevê que os Antigos Combatentes têm direito a ser velados com a bandeira nacional e que, caso não tenham deixado esse pedido expreso, o cônjuge sobrevivente, os seus descendentes ou ascendentes poderão fazê-lo, cabendo ao Estado Português disponibilizar gratuitamente a bandeira nacional à família (artigo 19º, do Anexo I, da Lei).

Nesta área, o envolvimento dos municípios afigura-se como sendo determinante na salvaguarda deste direito, estando previsto no Protocolo de Colaboração celebrado entre o Ministério da Defesa Nacional (MDN) e a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), as seguintes responsabilidades para os Municípios (Cláusula Terceira):

- Divulgar o direito dos antigos combatentes a serem velados com a bandeira nacional;
- Disponibilizar, a título gratuito, a bandeira nacional à família;
- Prestar aos antigos combatentes ou às viúvas e viúvos e ascendentes e descendentes, os esclarecimentos que forem solicitados sobre a matéria.

Pelo exposto, **propõe-se**, de acordo com a alínea u), do n.º 1, do art.º 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que o Município de Palmela colabore ativamente no sentido da boa execução do Protocolo de Colaboração celebrado entre o Ministério da Defesa Nacional (MDN) e a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), que se anexa, assegurando as três obrigações elencadas no parágrafo anterior - o que se configura como um apoio à Liga

dos Combatentes - Núcleo do Pinhal Novo da Liga dos Combatentes, entidade que no Município acompanha com maior proximidade os Antigos Combatentes.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 7 – Protocolo de Colaboração entre a INédita e o Município de Palmela.

PROPOSTA N.º DECS_DISS 02_23-21:

«A INédita constitui-se como uma entidade de âmbito nacional que tem por missão promover o acompanhamento integrado do cliente em contexto clínico e domiciliário, nas áreas da fisioterapia, terapia ocupacional, terapia da fala, psicologia, nutrição, enfermagem e osteopatia pediátrica, detendo, para a concretização da sua atividade, um Centro de Desenvolvimento Infantil, na Vila de Pinhal Novo.

Este Centro apresenta-se como o mais recente Projeto da Inédita. Criado de raiz e projetado por uma equipa técnica especializada na área do desenvolvimento infantil, dispõe de cerca de 200m², com 6 salas de intervenção nas áreas da integração sensorial, neurodesenvolvimento, linguagem e comunicação, entre outras.

A Inédita, no âmbito da sua política de responsabilidade social, definiu como área prioritária no âmbito do apoio social, o desenvolvimento de atividades de prevenção e intervenção clínica no município de Palmela, em parceria com os mais diversos agentes, razão pela qual propõe ao Município de Palmela a celebração de um protocolo que procura convergir esforços, otimizando sinergias para uma ação concertada para esse fim.

Assim, pelo exposto e considerando:

- que a Inédita detém conhecimentos e recursos necessários a uma intervenção que visa a promoção da saúde e bem-estar da comunidade em geral, com particular enfoque nas crianças com problemas de desenvolvimento e que, apesar de recente, atesta uma dinâmica social local que procura a concertação e a cooperação;
- que Palmela, enquanto Cidade Educadora, interliga instituições e intervenções, dinamizando parcerias colaborativas para a prossecução do bem-estar das comunidades;
- que se considera a intervenção da Inédita como uma valia e como um recurso importante para as famílias acompanhadas, designadamente, pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Palmela.

propõe-se, de acordo com a alínea u), do n.º 1, do art.º 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a celebração do Protocolo de Cooperação cuja minuta se anexa e que faz parte integrante da presente proposta.»

Sobre a proposta de Protocolo de Colaboração entre a INédita e o Município de Palmela, numerada DECS_DISS 02_23-21, intervêm:

O **Sr. Vereador Carlos de Sousa** refere que há aqui uma questão bastante importante e que está relacionada com a intervenção precoce junto das crianças do pré-escolar e, apesar de não constar na proposta, também as crianças que estão nas creches. Refere que as equipas locais de intervenção precoce não têm condições e meios humanos, para responder a todas as solicitações que são feitas, nomeadamente no âmbito do que conhece melhor, nomeadamente as instituições particulares de solidariedade social. Portanto, no âmbito deste protocolo há uma entidade que é privada, a Inédita, que presta serviços a terceiros e que se propõe, no âmbito da responsabilidade social, fazer um conjunto de ações, por isso questiona se estas ações vão ou não ser gratuitas, porque na IPSS que dirige, não conhece esta empresa, trabalha com uma outra com a qual tem um protocolo onde é pago um montante no apoio de pedopsiquiatra. Por isso questiona quais são os valores associados ao trabalho que esta empresa irá fazer, até para fazer uma comparação com os valores de outras entidades que têm a mesma finalidade do que esta. Depois, também pergunta se a autarquia não estará a favorecer esta empresa, ou seja, se estão ou não a discriminar, com a sua presença no Conselho Local de Ação Social em detrimento de outras empresas que na região e que prestam serviços semelhantes.

A **Sra. Vereadora Maria João Camolas** esclarece que relativamente à primeira questão, este protocolo é, efetivamente um acordo que integrado entre as partes e não tem qualquer custo associado para o município.

O **Sr. Vereador Carlos de Sousa** refere que a Sra. Vereadora diz não ter custos, mas questiona se houver alguma família que tenha as suas crianças no Centro Social de Palmela e precisar usufruir dos serviços desta empresa, face a este protocolo, questiona se essa família irá ter ou não direito a um desconto em relação aos valores normais de mercado.

A **Sra. Vereadora Maria João Camolas** refere que são situações pontuais e que devem ser dirigidas se à Divisão de Educação e Coesão Social, uma vez que este protocolo favorece, sobretudo, as crianças que são indicadas pela CPCJ, no entanto, qualquer situação que seja identificada na comunidade, deverá ser encaminhada pelo respetivo serviço e analisado, pontualmente.

O **Sr. Presidente** refere que, para já, a responsabilidade social da empresa visa pôr à disposição da autarquia onde seja possível ter mais intervenção, nomeadamente nos serviços onde recebem mais pedidos desta natureza e que possa ser disponibilizado gratuitamente este acompanhamento. Mas se há um outro tipo de acordos com outras instituições e estando a empresa sediada no concelho para prestar serviços num valor mais reduzido, a autarquia entende que isso deve ser contratualizado com as IPSS ou outras instituições Sociais. Relativamente ao eventual envolvimento desta empresa no Conselho Local de Ação Social, será para também dar a conhecer os seus serviços e ver na rede como é que é possível potenciar e

agilizar a resposta, sobretudo com custos mais reduzidos para quem trabalha nesta área, no concelho. É uma oportunidade que a autarquia está a aproveitar, tendo em conta a generosidade da empresa e, depois, obviamente, que é uma questão que irá ser acompanhada.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS

GABINETE DE AMBIENTE E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Pelo **Sr. Pedro Taleço** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 8 – Gestão de Eficiência Energética na IP / ESE – Celebração de contrato adicional e aprovação de minuta.

PROPOSTA N.º DASU_GAEE 01_23-21:

«Com o objetivo de proporcionar a melhoria da eficiência energética na iluminação pública (IP) e potenciar a referida infraestrutura no controlo e na gestão remota de diversos serviços a cargo do município, implementando um sistema de cidade inteligente, o município lançou um procedimento concursal para a adjudicação de um contrato de eficiência energética para a IP, uma vez que a autarquia não possui internamente os meios necessários para a execução de um trabalho com essa dimensão e especificidade.

Em sessão ordinária da Câmara Municipal de Palmela, realizada em 21 de abril de 2021, foi aprovada a adjudicação de «Contrato de Eficiência Energética» (enquadrado pelo Decreto-Lei n.º. 29/2011, de 28 de fevereiro), ao consórcio “AMENER – Eficiência Energética, S.A” e “Amener III Smart Energy, Unipessoal, Lda.”, com a duração de 15 (quinze) anos e o valor máximo contratual de € 12.923.496,79 (doze milhões, novecentos e vinte e três mil, quatrocentos e noventa e seis euros e setenta e nove cêntimos), acrescido do IVA à taxa legal de 23%, o que perfaz um encargo total de € 15.895.901,05 (quinze milhões, oitocentos e noventa e cinco mil, novecentos e um euros e cinco cêntimos).

A Assembleia Municipal de Palmela aprovou na sessão extraordinária, realizada em 13 de maio de 2021 a autorização da assunção de compromisso plurianual resultante do “Contrato de gestão de eficiência energética”, a celebrar com o consórcio “AMENER - Eficiência Energética, SA e Amener III Smart Energy, Unipessoal, Lda. ”, ao abrigo de alínea c) do n.º 1 do art.º. 6º da Lei n.º. 8/2012, de 21 de fevereiro e a consequente repartição plurianual de encargos.

Deste modo, no âmbito do referido procedimento concursal, no passado dia 06 de julho foi celebrado o contrato para gestão de eficiência energética.

Remetido o mesmo a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, solicitou esta entidade que o clausulado do contrato passasse a explicitar alguns aspetos no texto contratual, em obediência ao disposto no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 29/2011, de 28 de fevereiro.

Assim, analisada tecnicamente a matéria, concluiu-se pela pertinência da observação do Tribunal de Contas, cumprindo para o efeito proceder-se à celebração de contrato adicional que concretize as exigências colocadas e possibilite a prossecução do processo de fiscalização prévia.

Neste sentido, ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 1 do artigo 36.º e do n.º 1 do artigo e 98.º, ambos do Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro (CCP), na sua redação atual, e do n.º 1 do 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, propõe-se a emissão de decisão favorável à celebração do referido contrato adicional, com aprovação da respetiva minuta, que se junta em anexo, a qual faz parte integrante da presente proposta.

Anexo: Minuta do Contrato Adicional para "Gestão de Eficiência Energética".»

Em relação à proposta da Gestão de Eficiência Energética na IP / ESE, numerada DASU_GAEE 01_23-21, intervém:

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** sobre esta proposta refere que foi, de facto, as 18 perguntas colocadas pelo Tribunal de Contas, algumas relacionadas com os procedimentos de outras autarquias, tiveram efeito nos serviços municipais de Palmela e ajudaram a melhorar o processo que é, pela sua dimensão e característica, relativamente nova para os serviços da autarquia, daí considerar que estas perguntas foram importantes. Depois, em relação à disponibilidade dos serviços em abordar todas estas questões que não fazem parte do dia-a-dia, refere que isso também implicou um processo de aprendizagem, o qual considera positivo, sobretudo no que se refere à transcrição de algumas questões no caderno de encargos que foi a concurso para o contrato e que não tinham sido feitos na íntegra e por isso, foi bem acolhida a proposta e as perguntas do Tribunal de Contas Constitucional e submeteram esta adenda à minuta do contrato adicional para a gestão de eficiência energética.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

[Parte da ata só disponível para consulta na Câmara Municipal, mediante requerimento fundamentado, em virtude de poder conter informação sensível no âmbito do Regulamento Geral de Proteção de Dados]

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das dezassete horas e vinte e quatro minutos, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco